

Artigo

HISTÓRIA “VIVA” E HISTÓRIA “OBJETIVADA”: GEORGE F. KENNAN E O PLANO MARSHALL

Alice Helga Werner*
Flávio Alves Combat**

Resumo:

A arquitetura mundial de poder edificada após a Segunda Guerra Mundial foi influenciada, em grande medida, pelas idéias do diplomata norte-americano George Frost Kennan. As idéias de Kennan foram decisivas para a formulação do Plano Marshall e para a consolidação da hegemonia norte-americana após 1945. O artigo se propõe a comparar as idéias de Kennan e a forma como foram concretizadas, tomando por base a análise retrospectiva desenvolvida pela Abordagem da Regulação. Metodologicamente, o artigo compara as dimensões prospectiva e retrospectiva das idéias de Kennan relativas ao Plano Marshall. O texto aborda também a relevância das idéias de Kennan e do Plano Marshall para a consolidação do “american way of life” na Europa.

Palavras-chave: George Frost Kennan; Plano Marshall; Regulação.

Abstract:

The international power architecture developed after the Second World War was influenced by the ideas of the north-american diplomat George Frost Kennan. Kennan's ideas had been decisive for the formulation of the Marshall Plan and for the consolidation of US hegemony after 1945. The paper proposes a comparison between Kennan's ideas and the way they had been effected, in accordance to the retrospective analysis developed by the Regulation Approach. Methodologically, the paper compares the prospective and the retrospective dimensions of Kennan's ideas related to the Marshall Plan. The paper also considers the importance of Kennan's ideas and of the Marshall Plan to the consolidation of the “american way of life” in Europe.

Keywords: George Frost Kennan; Marshall Plan; Regulation.

* Doutora em História Social (PPGHS-UFRJ). Professora da Faculdade de Economia, Universidade Federal Fluminense.

** Economista. Mestre em História Comparada (PPGHC-UFRJ). Doutorando em História Social (USP).

HISTÓRIA SOCIAL	Campinas – SP	Nº 13	173–191	2007
-----------------	---------------	-------	---------	------

Introdução

Entre 1939 e 1945, a Europa foi o palco de um conflito mundial que desestabilizou o frágil equilíbrio de poder vigente desde a primeira metade do século XX. O expansionismo do Terceiro *Reich* e a projeção do Nazi-Facismo acentuaram dramaticamente as rivalidades entre os países europeus e, ao final da Segunda Guerra Mundial, legaram à Europa um destino aparentemente sombrio.

Retrospectivamente, a consolidação da hegemonia norte-americana após a Segunda Guerra Mundial dependia claramente das respostas dos Estados Unidos a questões então prementes: de que forma os Estados Unidos se relacionariam com os Estados Aliados e com a União Soviética? Como lidariam com a Alemanha e o Japão, os países vencidos? Qual seria o seu posicionamento em relação às nações européias devastadas? Que política externa deveria ser adotada para os Estados da América Latina, da África, da Ásia e do Oriente Médio? Que papel os Estados Unidos desejavam e poderiam exercer na recuperação das nações envolvidas na Segunda Guerra e na construção de uma configuração internacional no pós-guerra? Quem arcaria com os custos da reconstrução e quais seriam as conseqüências desse processo?

Especialmente importante para a nova ordem mundial que os Estados Unidos se propunham a edificar era a adesão dos demais países aos projetos norte-americanos. A existência de uma potência que rivalizava com Washington e que parecia oferecer uma alternativa ao sistema capitalista era, naquele contexto, o maior desafio ao poder norte-americano.

Assim, ao lado da ameaça soviética, a desestabilização econômica e política provocada pela Segunda Guerra em toda Europa Ocidental, inclusive na Grã-Bretanha, e o conseqüente fortalecimento dos partidos socialistas e comunistas europeus figuravam entre as principais preocupações dos Estados Unidos. Os países europeus, centrais para a política externa norte-americana, distanciavam-se do modelo capitalista norte-americano e tendiam a se deslocar para a esquerda.

As respostas dadas a estes dilemas, pelo Estado e pela sociedade civil norte-americanos, bem como por seus antigos e novos aliados europeus e japoneses, resultaram no período de maior prosperidade do capitalismo no século XX, conhecido como os “trinta anos gloriosos” ou “período fordista”. Como isto foi possível, como se chegou a este “achado histórico” foi a questão inicial que motivou um grupo de pesquisadores franceses, que inauguraram uma linha de pesquisa conhecida como Regulação.

A Abordagem da Regulação surgiu na França, na década de 1970, inicialmente em torno da tese de doutorado de Michel Aglietta, posteriormente publicada sob o título *A Theory of Capitalist Regulation*. Aglietta inaugurou um longo debate em torno da análise da sociedade norte-americana e da sociedade francesa, do qual participaram diversos pesquisadores do CEPREMAP (*Centre d'Études Prospectives d'Économie Mathématique Appliquées à la Planification*), dentre os quais Robert Boyer e Alain Lipietz, além do próprio Aglietta. Ao trabalho de Aglietta, seguiu-se uma diversificada produção regulacionista, que apesar da filiação à proposta teórica da nova Abordagem, distanciou-se substancialmente de Aglietta, criticando-o sob o ponto de vista metodológico e teórico, e inaugurando uma vertente crítica do pensamento regulacionista. O principal expoente dessa vertente regulacionista crítica é Alain Lipietz.

Os pesquisadores regulacionistas, em sua maioria economistas, tornaram-se conhecidos pela formulação de uma nova abordagem teórica que critica as interpretações econômicas reducionistas, propondo como alternativa uma interpretação que resgata a historicidade do ser social e de suas relações. O resultado foi a estruturação de um aparato conceitual centrado no estudo das relações sociais capitalistas, que afirma o caráter histórico dessas relações e a indissociabilidade do “econômico” e do “político” no estudo de uma formação social (LIPIETZ, 1988).

A Abordagem da Regulação surgiu também como crítica às teorizações “funcionalistas *ex post*”, que ao interpretarem acontecimentos históricos,

atribuem às ações dos sujeitos intencionalidades que supostamente conduzem a resultados previamente ideados. Para a Regulação, todas as relações sociais são históricas e, nesse sentido – por serem contraditórias e conflituosas – não só não resultam necessariamente no que havia sido intencionado, como muitas vezes têm resultados opostos aos intencionados ou mesmo não intencionados originalmente. Por essa razão, as relações sociais só podem ser interpretadas e teorizadas *ex post*. Essa concepção originou o conceito regulacionista de “achado histórico” – “une trouvaille”, nas palavras de LIPIETZ (1990a, p. 11). Assim, as ações dos sujeitos, ainda que conscientes e intencionais, não têm um resultado social previsível – a história é aberta – e, portanto, não é possível analisar as relações sociais e suas transformações *ex-ante*, apenas aquelas já postas.

A proposta do artigo insere-se teoricamente no campo de estudos sobre as relações sociais e sobre a história proposto pelos regulacionistas. O método e a abordagem teórica da Regulação serão empregados para comparar as dimensões prospectiva e retrospectiva da política externa dos EUA após 1945, com ênfase nas idéias do diplomata norte-americano George F. Kennan. Cabe ressaltar que o artigo não se propõe a analisar os pressupostos teóricos e metodológicos da Regulação, mas utilizar os desenvolvimentos regulacionistas para analisar um período histórico específico.

Analisaremos em que medida as idéias originalmente propostas por Kennan foram concretizadas ou não através do Plano Marshall, tomando por base o conceito regulacionista de “achado histórico”. Pretendemos traçar uma comparação entre as propostas de Kennan *ex-ante* – do ponto de vista prospectivo – e os resultados dessas propostas, retrospectivamente. Considerando-se ainda a distinção entre trabalho vivo e trabalho objetivado de Marx (1996), a proposta do artigo é examinar como a história “viva” – o pleno processo de ação de todos os seus atores, sejam eles sujeitos individuais ou coletivos – se “objetiva”, e como a partir dessa “objetivação” nosso olhar sobre a história se modifica em relação àquele que tínhamos enquanto o processo ainda estava em aberto.

George F. Kennan: da doutrina de contenção do comunismo ao Plano Marshall

Após a Segunda Guerra Mundial, em meio às transformações na política externa norte-americana e ao processo de reorganização política e econômica dos países europeus, conhecer o modo de pensar e as forças sociais em ação na União Soviética eram interesses estratégicos da Casa Branca. O principal responsável pela visão oficial dos Estados Unidos sobre a sociedade soviética foi o diplomata George Frost Kennan.

George F. Kennan ingressou no Serviço Exterior norte-americano em 1926. Após um período inicial nas embaixadas norte-americanas na Suíça, na Estônia, na Lituânia e na Letônia, Kennan foi lotado na Alemanha e, em 1929, passou a lecionar “História, Política e Idioma Russos” na Universidade de Berlim. Em 1933, quando a União Soviética e os Estados Unidos reataram relações diplomáticas, Kennan foi lotado na embaixada norte-americana em Moscou e em 1939, após o início da Segunda Guerra, retornou para Berlim, de onde assessorou a política externa dos Aliados. Somente a partir de 1947, Kennan ganhou projeção no cenário político norte-americano, ao formular as suas principais concepções sobre o que se tornou conhecido como “Doutrina de Contenção do Comunismo” (KENNAN, 1967).

Especialista na política externa entre Estados Unidos e União Soviética, Kennan preparou um célebre documento no qual relatou detalhadamente os planos soviéticos e expôs os fundamentos da política de dissuasão permanente dos ideais soviéticos que vigorou durante a Guerra Fria. Transmitido ao Departamento de Estado norte-americano através do telégrafo em 22 de fevereiro de 1946, o documento ficou conhecido como o “longo telegrama”.

Ainda que estivesse convencido de que as intenções conciliatórias do governo Roosevelt em relação aos soviéticos eram, na melhor das hipóteses, inocentes, Kennan aconselhou que a política externa norte-americana direcionada à União Soviética não deveria ser baseada no confronto bélico

direto. Uma “abordagem calma e de longa duração” era, na visão do diplomata, a melhor saída para os problemas que polarizavam os EUA e a URSS, já que a capacidade e o interesse soviéticos em dominar a Europa Ocidental e o Japão eram amplamente questionáveis

Kennan defendia, na realidade, que tanto a política externa quanto a política interna soviéticas eram sustentadas por princípios frágeis, que poderiam ser administrados pelos Estados Unidos.

Na base da visão neurótica do Kremlin sobre as relações internacionais está uma sensação de insegurança russa tradicional e instintiva. (...) Mas este último tipo de insegurança aflige mais os líderes russos do que a população russa; porque os líderes russos percebem invariavelmente que suas regras são arcaicas na forma, frágeis e artificiais em seus fundamentos psicológicos, incapazes de sustentar uma comparação ou contato com os sistemas políticos dos países ocidentais. Por essa razão eles sempre temeram a penetração estrangeira, temeram o contato direto entre o mundo Ocidental e o seu próprio mundo (...) (PATERSON, 1989, p. 284-285)¹.

Em julho de 1947, após o detalhamento dos planos soviéticos ao governo norte americano, Kennan, sob o codinome de “Mr. X”, publicou na revista *Foreign Affairs* um artigo intitulado *The Sources of Soviet Conduct*, no qual expôs publicamente os seus argumentos.

De acordo com Kennan, o principal “dogma” que influenciava o modo de pensar soviético era o marxismo. Para o diplomata não era coincidência que o marxismo tivesse encontrado o terreno mais fértil para a sua difusão

¹ No original: “At bottom of Kremlin’s neurotic view of world affairs is traditional and instinctive Russian sense of insecurity. (...) But this latter type of insecurity was one which afflicted rather Russians rulers than Russian people; for Russian rulers have invariably sensed that their rule was relatively archaic in form, fragile and artificial in this psychological foundation, unable to stand comparison or contact with political systems of Western countries. For this reason they have always feared foreign penetration, feared direct contact between Western world and their own (...)”

exatamente na União Soviética, pois “somente numa terra que nunca havia possuído um vizinho amigável ou algum equilíbrio tolerável de separação dos poderes” poderia vigorar uma “doutrina” que acreditava que “os conflitos econômicos da sociedade são insolucionáveis por meios pacíficos” (PATERSON, 1989, p. 285).

Segundo Kennan, após a vitória do Partido Bolchevique, o “dogma marxista” teria se tornado um meio ainda mais eficiente de propagar a sensação de insegurança que assolava os soviéticos. Nesse dogma, “eles acharam justificativa para seu medo instintivo do mundo exterior, para seu regime ditatorial sem o qual eles não saberiam conduzir o país, para as crueldades que não temiam em praticar” (PATERSON, 1989, p. 285). Em nome dessa insegurança, de acordo com Kennan, os soviéticos montavam um aparato militar sem precedentes para proteger sua frágil sociedade, constantemente ameaçada por um mundo exterior postulado como um “demônio, hostil e ameaçador”, condenado a fracassar e a erodir por suas próprias contradições internas, até que o crescente poder do socialismo inauguraria uma nova e melhor fase da história mundial.

A argumentação fortemente ideológica de Kennan, que identificava o marxismo como o fiador do *modus operandi* da União Soviética, resumia da seguinte forma as justificativas para os planos apresentados por Stalin para a reestruturação soviética após a Segunda Guerra Mundial:

Essa tese [o marxismo] provê justificativa para o aumento do poder militar e policial do Estado Russo, para o isolamento da população russa do mundo exterior, e para a pressão fluida e constante para estender os limites do poder policial russo, que juntos constituem os objetivos naturais e instintivos mais prementes dos líderes russos. (PATERSON, 1989, p. 284-285)²

² No original: “This thesis provides justification for that increase of military and police power of Russian state, for that isolation of Russian population from outside world, and for that fluid and constant pressure to extend limits of Russian police power which are together the natural and instinctive urges of Russian rulers.”

A resistência de Stalin em “cooperar” com os norte-americanos era, portanto, interpretada por Kennan como uma necessidade do ditador em apresentar o Ocidente como “o mal”, de modo a justificar a própria extensão de seu poder sobre os soviéticos. A invasão da Rússia pelos norte-americanos e pelos Aliados em 1918-1920 e a recusa de Washington em estabelecer relações diplomáticas com Moscou até 1933 não eram, obviamente, lembradas.

Kennan concluía em seu relatório que, considerando-se as necessidades de Stalin em justificar o seu poder e a “grande ignorância dos soviéticos em relação ao mundo exterior”, os norte-americanos tinham como desafio enfrentar

(...) uma força política fanaticamente comprometida com a crença de que com os Estados Unidos não poderia existir nenhum *modus vivendi* permanente, que era desejável e necessário que a harmonia interna da nossa sociedade [a norte-americana] seja rompida, que nosso tradicional modo de vida seja destruído, que a autoridade internacional do nosso Estado seja quebrada, caso o poder soviético deseje se manter em segurança. (PATERSON, 1989, p. 286)³

Kennan retratou também a magnitude dos recursos econômicos e militares sob o comando de Stalin, alertando a Washington sobre a possibilidade de uma ofensiva soviética em áreas essenciais aos interesses norte-americanos.

Essa força política possui o poder de dispor completamente das energias de um dos maiores povos e dos recursos do mais rico território nacional do mundo, e é nascida e criada a partir de correntes profundas e poderosas do nacionalismo russo. Além disso, possui um elaborado e avançado aparato para o exercício da sua influência em outros países, um aparato de fascinante flexibilidade e versatilidade, administrado por pessoas cuja

³ No original: “(...) a political force committed fanatically to the belief that with US can be no permanent *modus vivendi*, that it is desirable and necessary that the internal harmony of our society be disrupted, our traditional way of life be destroyed, the international authority of our state be broken, if Soviet power is to be secure.”

experiência e técnica em métodos não convencionais não possuem presumivelmente paralelo na história. (PATERSON, 1989, p. 286)⁴

Kennan argumentava que, tendo em vista que a União Soviética não tinha pressa para colocar os seus planos em prática, os soviéticos deveriam “ser contidos pela aplicação hábil e vigilante de forças contrárias numa série de pontos geográficos e políticos em constante mudança” (LAFEBER, 1989, p. 451), com o propósito de explorar as contradições inerentes ao modelo soviético. Se os norte-americanos fossem pacientes e capazes de garantir a reprodução da prosperidade e do sucesso de sua forma de organização social, então o marxismo cairia em descrédito e a “contenção” seria bem sucedida, sem “necessidade de recorrer a qualquer conflito militar” (PATERSON, 1989, p. 287).

Tão importante quanto o sucesso do modelo de organização social norte-americano no interior do próprio país era o convencimento das outras nações acerca da desejabilidade e da viabilidade de expandir esse modelo para todo o mundo, não apenas em função de sua postulada superioridade em relação ao modelo soviético, mas também pela sua pretensa capacidade de oferecer ao restante do mundo algo muito cobiçado após a Segunda Guerra: segurança. Conforme enfatizado por Kennan,

Devemos formular e apresentar para as outras nações um quadro muito mais positivo e construtivo do tipo de mundo que gostaríamos de ver do que aquele que apresentamos no passado. Não é suficiente estimular as pessoas a desenvolverem processos políticos similares aos nossos.

⁴ No original: “This political force has complete power of disposition over energies of one of world’s greatest peoples and resources of world’s richest national territory, and is borne along by deep and powerful currents of Russian nationalism. In addition, it has an elaborated and far flung apparatus for exertion of its influence in other countries, an apparatus of amazing flexibility and versatility, managed by people whose experience and skill in underground methods are presumably without parallel in history.”

Vários povos estrangeiros, na Europa pelo menos, estão cansados e amedrontados pelas experiências do passado, e estão menos interessados numa liberdade abstrata do que em segurança. Eles buscam segurança ao invés de responsabilidades. Deveríamos ser mais capazes do que os russos em lhes oferecer isso. E a menos que o façamos, os russos certamente o farão (PATERSON, 1989, p. 288)⁵.

As idéias de Kennan obtiveram grande repercussão nos Estados Unidos. “Contenção” transformou-se, nos termos de Lafeber (1989, p. 451), numa palavra “mágica” no meio político norte-americano.

O sucesso das idéias de Kennan deve ser analisado levando-se em consideração o cenário político da época em que foram apresentadas a Washington.

Em primeiro lugar, conforme ressalta Lafeber (1989, p. 451-452), o momento em que Kennan apresentou as suas idéias não poderia ser mais propício: os planos soviéticos de reestruturação política e econômica e a crescente pressão exercida por Stalin sobre países importantes para os objetivos dos Estados Unidos (Turquia, Irã e Alemanha, por exemplo) atemorizavam os líderes norte-americanos e expunham a política externa do governo Truman a fortes críticas. Kennan forneceu uma explicação objetiva dos planos e métodos soviéticos, provendo ao governo Truman munção suficiente para se defender e para reverter o sentido das pressões políticas existentes (KENNAN, 1967, p. 43-45).

Em segundo lugar, as idéias de Kennan eram atrativas porque desoneravam os Estados Unidos de qualquer responsabilidade sobre a escalada da tensão entre Washington e Moscou. Culpar os soviéticos era um meio sedutor

⁵ No original: “We must formulate and put forward for other nations a much more positive and constructive picture of sort of world we would like to see than we have put forward in past. It is not enough to urge people to develop political processes similar to our own. Many foreign peoples, in Europe at least, are tired and frightened by experiences of past, and are less interested in abstract freedom than I security. They are seeking guidance rather than responsibilities. We should be better able than Russians to give them this. And unless we do, Russians certainly will.”

de deslocar a atenção da opinião pública norte-americana dos erros cometidos pelo governo Truman.

Em terceiro, a “contenção” dos interesses soviéticos no longo prazo, ao invés de propostas meramente conciliatórias ou declaradamente belicistas, era um meio termo que se encaixava com precisão na visão de Truman e de Acheson sobre os soviéticos – embora Acheson defendesse para o grande público que a única linguagem entendida pelos soviéticos era a força –, atendendo simultaneamente a necessidade de reverter a crise política em curso nos Estados Unidos (ACHESON, 1965, p. 97).

Cansado de lidar com a resistência de Stalin em se adequar ao modelo de configuração internacional norte-americano e politicamente fragilizado pela patente inabilidade de Washington em utilizar sua superioridade bélica e econômica para “limpar” a Europa da ameaça vermelha, Truman utilizou as idéias de Kennan não apenas como um plano de contenção do comunismo, mas como o plano-mestre de seu governo e como um ideal para a unificação da comunidade internacional em torno de objetivos compartilhados.

A instabilidade política européia que justificava, em tese, a Doutrina de Contenção do Comunismo, colocada em curso pela Doutrina Truman, era agravada pelo caos econômico europeu. Em 1944, Washington argumentava que para evitar um quadro de depressão após a Segunda Guerra, os Estados Unidos deveriam dobrar suas exportações com urgência, atingindo a cifra dos US\$ 10 bilhões ao ano. Para atingir esse objetivo, a acentuada escassez de dólares na Europa deveria ser revertida. A solução, a curto prazo, seria o financiamento direto das economias européias pelo governo norte-americano, com o propósito imediato de criar mercado para as exportações dos Estados Unidos.

Ao retornar de uma reunião de ministros de relações exteriores realizada em Moscou, em 1947, o Secretário de Estado norte-americano George Marshall estava definitivamente convencido da seriedade dos problemas europeus. Imediatamente, solicitou a George Kennan a formulação de um programa de recuperação da Europa, cuja primeira versão completa ficou pronta em 23 de

maio de 1947. Em junho de 1947, Marshall apresentou o plano publicamente numa palestra em Harvard.

Kennan, ao se reportar à situação da Europa, sintetizou o problema afirmando que “as atividades comunistas não são a raiz das dificuldades da Europa Ocidental, mas sim os efeitos desestabilizadores da guerra sobre a estrutura econômica, política e social da Europa” (LAFEBER, 1993, p. 61). O governo Truman, alinhado com as idéias defendidas por Kennan, argumentava que somente o investimento de grandes quantias de recursos provenientes dos Estados Unidos e dos Estados que apoiavam Washington poderia restaurar os serviços básicos da Europa, permitir a conversibilidade das moedas locais em dólares e, com o fim da escassez de dólares, estimular os investidores privados a destinar recursos à Europa novamente.

Em meados de 1947, Marshall e o então subsecretário de Estado Dean Acheson⁶ viajaram para Paris para se reunirem com o ministro das relações exteriores da Grã-Bretanha, Ernst Bevin, da França, Georges Bidault e da União Soviética, Vyacheslav Mikhaylovich Molotov. O propósito do encontro era discutir um plano de recuperação da Europa que, na opinião de Kennan, não deveria excluir nenhum Estado – isto é, nenhum Estado que concordasse com as condições norte-americanas.

Todavia, poucos dias após o início das negociações, os soviéticos abandonaram a reunião por discordarem especialmente de duas imposições de Washington: um *pooling*⁷ de recursos para bancar a reconstrução europeia (que, na visão de Moscou, pretendia garantir o acesso ocidental aos cobiçados recursos naturais da União Soviética) e uma contabilidade nacional aberta, que

⁶ Secretário de Estado do governo Truman entre 1949 e 1953, articulador central da política externa norte-americana durante a fase inicial da Guerra Fria e um dos idealizadores do Acordo de Bretton Woods.

⁷ Um “fundo coletivo” de recursos, em que cada membro contribui com uma quota e concorda com a administração coletiva dos recursos.

permitisse aos Estados Unidos acesso irrestrito às contas dos países envolvidos na recuperação da Europa e total controle sobre a forma como os recursos seriam utilizados.

As potenciais vantagens criadas por uma Europa reconstruída e revigorada justificavam o esforço norte-americano: a diminuição da ameaça de formação de regimes socialistas, através, por exemplo, do estímulo de investimentos privados e do enfraquecimento dos partidos socialistas europeus; o aumento da demanda pelos produtos exportáveis norte-americanos; o fomento de indústrias européias que poderiam produzir mercadorias estratégicas para a economia norte-americana; a preservação da influência exercida pelos Estados Unidos e pela Europa sobre os países produtores de petróleo do Oriente Médio; e o estímulo às sociedades européias em sentido amplo, de modo que elas pudessem apoiar os Estados Unidos politicamente e economicamente.

A consecução dos objetivos norte-americanos dependia sobremaneira de mudanças na linha básica da política externa dos EUA com o continente europeu. A recuperação da Europa, até então fragmentada sob a forma de diversos projetos de recuperação nacional individualizados, deveria ser unificada. Era claro para o Secretário de Estado George Marshall “que não se podia tratar o problema de cada uma das nações isoladamente, mas que havia um problema europeu a ser resolvido” (MUNHOZ, 2004a, p. 546) caso se desejasse reverter o quadro de crise social, política e econômica generalizada.

Em 3 de abril de 1948, o presidente Harry Truman sancionou o “Foreign Assistance Act” e oficializou o Plano Marshall (assim denominado em homenagem ao então Secretário de Estado George Marshall).

Dos dezessete países europeus que aceitaram as condições norte-americanas, os mais beneficiados foram a Grã-Bretanha, a França e a Alemanha, países industriais centrais cuja recuperação poderia impulsionar a renovação de outras economias européias. A tabela (1) do *Anexo* indica o total de recursos empregados em cada país entre 1948 e 1951.

É importante ressaltar que a implementação do Plano Marshall só foi possível, em grande medida, por conta da habilidade de Washington e dos governos europeus em tecer acordos para a estreita cooperação entre Estado, capital e trabalho. Portanto, naquele contexto, a classe trabalhadora também foi beneficiada pelo crescimento econômico, experimentando uma elevação da renda *per capita* e uma redução das taxas de desemprego, fatores importantes para tornar as propostas comunistas menos atraentes.

O Plano Marshall provou-se tão bem sucedido que, muito tempo depois, especialistas preconizavam a necessidade de “um outro Plano Marshall” para resolver os problemas no Oriente Médio, no Vietnã ou na América Central. A abordagem de Marshall, entretanto, só poderia funcionar na Europa Ocidental. Somente lá existiam uma força de trabalho qualificada, uma economia industrial de grande potencial e sociedades políticas amplamente estáveis (LAFEBER, 1989, p. 458)⁸.

A intervenção norte-americana na reconstrução da Europa, em especial na reconstrução da Alemanha Ocidental, tornou-se motivo de preocupação para os soviéticos. A resposta foi a articulação do Plano Molotov, também conhecido como Conselho para a Assistência Econômica Mútua (COMECON), formulado em 1949, que propunha a organização da produção industrial e a coordenação do comércio exterior dos países na zona de influência soviética. Apesar do relativo sucesso no estabelecimento de pactos comerciais bilaterais controlados pela União Soviética, o Plano Molotov não alcançou sucesso comparável ao obtido pelo Plano Marshall.

Do ponto de vista retrospectivo, alguns autores (LAFEBER, 1989; KOLKO, 1972; HOGAN, 1987) advogam que, de fato, a recuperação da Europa

⁸ No original: “The Marshall Plan proved so successful that long afterward, experts preached the need for “another Marshall Plan” to solve problems in the Middle East or Vietnam or Central America. Marshall’s approach, however, could only work in western Europe. Only there did a skilled labor force, a great potential industrial economy, and largely stable political societies exist.”

e a contenção de uma possível expansão comunista não foram os objetivos principais do Plano Marshall. Segundo eles, a quebra “do velho modelo econômico” europeu foi a principal motivação para a intervenção norte-americana na Europa após a Segunda Guerra.

Na realidade, o sucesso do Plano Marshall foi tão importante para os Estados Unidos porque significou o rompimento definitivo da configuração internacional centrada na Europa e a consolidação de uma nova ordem internacional centrada na hegemonia norte-americana. Uma configuração sustentada pela ideologia da liberdade de ação das forças de mercado e pela defesa dos valores do “american way of life”, que contribuiu, em grande medida, com a disseminação do modelo capitalista norte-americano centrado na produção e no consumo em massa.

A importância do Plano Marshall em meio ao processo de construção de uma nova arquitetura mundial de poder após a Segunda Guerra reside, exatamente, em sua capacidade transformativa do capitalismo mundial. Uma transformação que consolidou o deslocamento do mundo do “velho” modelo econômico e político eurocêntrico, fundado em valores seculares e numa forma de capitalismo tipicamente européia – marcada pela centralidade da exploração colonial, pela limitação das relações comerciais internacionais, pela preservação de empresas familiares de capital fechado e pela limitação dos desdobramentos dos potenciais “colonizadores” do capital – para o modelo econômico e político norte-americano – baseado na produção e no consumo em massa, na defesa do livre comércio internacional, no modelo democrático norte-americano, nas empresas de capital aberto, na centralidade do capital financeiro e no desdobramento dos potenciais capitalistas em escala mundial.

Portanto, de uma perspectiva retrospectiva, pode-se afirmar que mais do que recuperar mercados ou barrar a expansão soviética sobre a Europa Ocidental, o Plano Marshall consolidou internacionalmente um conjunto de valores típicos da sociedade norte-americana, comumente mencionados na

literatura como “american way of life”, sintetizado na tríade: produção e consumo em massa, livre comércio e democracia (nos moldes norte-americanos).

Conclusão

Retrospectivamente, podemos constatar que as idéias de George F. Kennan se destacam no campo de estudos sobre a Guerra Fria: por um lado, influenciaram diretamente a “visão oficial” de Washington sobre os soviéticos, sobre a sua forma de organização social, sobre os seus interesses e sobre as medidas necessárias para rivalizar com a principal ameaça aos norte-americanos após a Segunda Guerra Mundial. Por outro, influenciaram diretamente a Doutrina Truman e a constituição de uma abordagem interpretativa ortodoxa sobre a política externa norte-americana (MUNHOZ, 2004b, p. 261-281), segundo a qual a Guerra Fria era inevitável, já que a conduta agressiva era inerente ao regime comunista soviético e ao seu suposto projeto de dominação mundial.

Contudo, é relevante destacar que a abordagem original de Kennan sobre as relações entre os Estados Unidos e a União Soviética distanciava-se substancialmente da interpretação que lhe foi conferida pela ortodoxia e pela Casa Branca para justificar suas idéias e sua retórica – sobretudo em termos da conduta pacífica e vigilante que, à visão de Kennan, os Estados Unidos deveriam adotar.

As idéias de Kennan destacam-se, de fato, na disputa ora em andamento para a reconstrução de uma memória dominante sobre a Guerra Fria. Compará-las, no contexto de seu surgimento e retrospectivamente, apresenta-se como uma possibilidade de reinterpretar um período-chave da história do século XX (1945-1975) e de entendê-lo, como propõem os regulacionistas, como um “achado” histórico.

Bibliografia

ACHESON, Dean. *Power and Diplomacy*. New York: Harvard University Press, 1965.

HOGAN, Michael J. *America in the World. The historiography of American foreign relations since 1941*. New York: Cambridge University Press, 1995.

_____. *The Marshall Plan: America, Britain, and the reconstruction of Western Europe, 1947-1952*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

KENNAN, George F. *Memoirs. 1925-1950*. Boston: Atlantic-Little/Brown books, 1967.

KOLKO, Gabriel; KOLKO, Joyce. *The limits of the power. The world and the United States foreign policy 1945-1954*. New York: Harper & Row, 1972.

LAFEBER, Walter. *The American Age. United States Foreign Policy at Home and Abroad since 1750*. 1ª ed. New York: Norton & Company, 1989.

LIPIETZ, Alain. “La trame, la chaîne et la régulation: un outil pour les sciences sociales”. In: *Économies et Sociétés*. France: Série Théorie de la Régulation, nº 5, décembre 1990[a].

_____. “The Rise and Fall of the Golden Age”. In: MARGLIN, Stephen A.; SCHOR, Juliet B. (editors). *The Golden Age of Capitalism: Reinterpreting the Post-war Experience*. Oxford: Clarendon Press, 1990[b].

_____. “Reflexões sobre uma fábula: por um estatuto marxista dos conceitos de regulação e de acumulação”. Rio de Janeiro: Revista de Ciências Sociais, v. 31, nº 1, 1988.

MARX, Karl. *O Capital. Crítica da Economia Política*. Vol. 1. Livro Primeiro. São Paulo: Nova Cultural, 1996 (Coleção “Os Economistas”).

MUNHOZ, Sidnei J. “Guerra Fria: um debate interpretativo”. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *O século sombrio: uma história geral do século XX*. Rio de Janeiro: Campus, 2004[b].

_____. Verbete “Marshall, Plano”. In: *Enciclopédia de Guerras e Revoluções do século XX*. Rio de Janeiro: Elsevier/ Campus, 2004[a], p.545-547.

Fontes

PATERSON, Thomas G. *Major Problems in American Foreign Policy. Volume II: since 1914. Documents and Essays*. Toronto: Heath, 1989.

Anexos

TABELA 1: Total de recursos destinados aos países auxiliados pelo Plano Marshall.

País	1948/49 (\$ milhões)	1949/50 (\$ milhões)	1950/51 (\$ milhões)	Acumulado (\$ milhões)
Austria	232	166	70	488
Bélgica e Luxemburgo	195	222	360	777
Dinamarca	103	87	195	385
França	1,085	691	520	2,296
Alemanha*	510	438	500	1,448
Grécia	175	156	45	366
Islândia	6	22	15	43
Irlanda	88	45	-	133
Itália e Trieste	594	405	205	1,204
Holanda	471	302	355	1,128
Noruega	82	90	200	372
Portugal	-	-	70	70
Suécia	39	48	260	347
Suíça	-	-	250	250
Turquia	28	59	50	137
Reino Unido	1,316	921	1,060	3,297

Fonte: Formulação própria, a partir de dados publicados em: MADDISON, A. La Economía Mundial, 1820-1992. Análisis y Estadísticas. Paris: OCDE, 1995. (*) Refere-se às zonas da Alemanha sob o controle dos Estados Unidos, da Grã-Bretanha e da França.

TABELA 2: Variação do PNB per capita dos EUA e dos países assistidos pelo Plano Marshall, 1947 e 1951.

País	1947**	1951**
Austria	1213	2473
Bélgica	3145	3951
Dinamarca	4016	4602
França	2682	3628
Alemanha*	1847	3507
Grécia	731	954
Islândia	4366	4230
Irlanda	1876	2144
Itália	1540	1955
Luxemburgo	4112	4883
Holanda	3304	4022
Noruega	3830	4616
Portugal	485	634
Suécia	5321	6157
Turquia	450	578
Reino Unido	4515	5016
Média européia	2426	3238
Estados Unidos	6332	7240

Fonte: SANFORD, William. *The Marshall Plan: origins and implementation*. Washington: US Department of State, 1982. (*) Refere-se às zonas da Alemanha sob o controle dos Estados Unidos, da Grã-Bretanha e da França. (**) Em dólares norte-americanos de 1981.